

SOCIOLOGIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ALOÍSIO RUSCHEINSKY¹

Resumo

O texto aqui apresentado pretende elucidar alguns aspectos relativos à temática das representações sociais, salientando algumas contribuições de autores clássicos e contemporâneos, visando destacar a sua conexão com as questões ambientais. Compreender a construção e as mutações do imaginário em seu nexos com o real exige avaliar, de maneira constante, as características atribuídas à relação entre mundo material e simbólico, entre objetividade e subjetividade, entre os fenômenos sociais e a respectiva compreensão pelos sujeitos sociais. Entendemos que a temática da representação social e as questões do meio ambiente possuem nexos tensos que carece elucidar para detectar a possibilidade da mudança de valores. O processo de instauração da educação ambiental pode se esboçar a partir da tradição sociológica apoiada na sociologia contemporânea e na versão do desenvolvimento sustentável. A educação ambiental pode ser qualificada como uma temática emergente, em especial, considerando as preocupações com o consumo, os resíduos da indústria, as populações de risco, o limite dos recursos naturais e a degradação ambiental. A metodologia contemplou uma pesquisa de abordagem qualitativa que pretendeu apontar a compreensão de aspectos relativos à interação entre espaço urbano e natureza, numa situação de risco.

¹Doutor em Sociologia.
Professor do
Departamento de
Educação e do Mestrado
em Educação Ambiental
da FURG, Rio Grande/
RS.
E-mail:
deccar@super.furg.br

Abstract

The aim of this text is to clarify some aspects relating to the theory of social representations, highlighting some contributions from classical and contemporary authors, with the aim of pointing out their relationship with

environmental issues. Understanding the construction and mutations of the imaginary, in its connection with the real, requires constant evaluation of the characteristics of the relationship between the material and symbolic worlds, between objectivity and subjectivity, between social phenomena and the respective understanding of the social actors involved. We understand that the theme of social representation and environmental issues have taut relations that need to be clarified in order to detect the possibility of changes in values. The process of establishing environmental education can be outlined based on sociological tradition, supported by contemporary sociology and sustainable development. Environmental education may be defined as an emerging theme, particularly in view of concerns with consumption, industrial waste, populations at risk, the limit of the natural resources and the environmental degradation. The methodology used a qualitative approach with the aim of demonstrating the understanding of aspects relating to the interaction between urban space and nature, in a situation of risk.

Palavras-chave:

Educação Ambiental; Sociologia; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente e Aspectos Sociais.

Key-words:

Environmental Education; Sociology; Sustainable Development; Environment and Social Aspects.

Introdução

Neste trabalho, abordaremos os temas Representação Social e meio ambiente, entendendo que esta reflexão é fundamental para a educação ambiental. O destaque do trabalho configura-se em relacionar os dois temas, tentando entender e responder o porquê do pensar em educação ambiental (EA) dos agentes socialmente relevantes, a partir da visão de mundo ou das representações sociais (RS), bem como buscar pistas que apontem para uma prática pedagógica que contemple esta contribuição das visões do mundo.

Justifica-se a urgência da reflexão proposta para o presente trabalho, dada a importância do tema ambiental, bem como diante da constatação de que a maioria dos trabalhos resultantes de pesquisas não questiona o fundamento das representações sociais. Portanto, tornam-se incapazes de justificar o estatuto teórico do nexos entre representações sociais e práticas dos agentes sociais (Abric, 1994b). A seguir, será apresentada uma síntese de três vertentes ou possíveis compreensões dessa conexão, a partir de pressupostos que irão gerar perspectivas teóricas diversas.

A relevância do tema ambiental advém do fato de que os valores que alimentam as relações dos seres humanos entre si e de sua relação com a natureza precisam tomar novos rumos, buscar novos paradigmas. A base para tal não pode ancorar-se em modelos como o capitalismo que prima pela exaustão dos recursos naturais

ou o Estado mínimo com a abolição dos direitos sociais imposta pela ideologia neoliberal, todavia, em uma nova ética que prime pelo desenvolvimento humano ao lado do desenvolvimento ambiental. Para tal, reforça-se a necessidade da pesquisa para auxiliar na indicação de solução dos problemas ambientais, colocando a universidade a serviço da comunidade que a mantém, e o conhecimento como basilar à qualidade de vida.

Em todas as épocas, se manifestaram, para a vida em sociedade, algumas formas de riscos vinculados ao meio ambiente. Entretanto, o avanço da ciência e o respectivo conhecimento da natureza, a usurpação dos bens naturais ou a sua degradação permitem um novo momento de reflexividade na história. Ou seja, o crescimento dos riscos ambientais gerados pela consolidação da sociedade de consumo proporciona uma reflexão crítica sobre o próprio processo de desenvolvimento da sociedade. Ora, essa crítica se expressa em todas as circunstâncias e revela a visão de meio ambiente.

As pedras no processo de construção da Educação Ambiental

Buscamos compreender o conceito relativo ao tema da presente reflexão partindo de algum consenso sobre os desafios ambientais e de referenciais construídos que se apresentam como resultado histórico da educação ambiental, cuja evolução pode ser acompanhada pelos eventos globais. O tema da educação ambiental possui um nexos com as representações sociais dos grupos sociais que a ensinam. Também é foco deste estudo, a importância da visão de mundo frente aos problemas ambientais produzidos nas relações do ser humano com o meio ambiente.

Dada a sua importância no contexto moderno, evidencia-se a necessidade de pesquisar e investigar, de buscar soluções para os problemas ambientais que atingem a todos e, especialmente, as camadas mais pobres da população. Apesar disso, o autor tem noção da distância entre os resultados da pesquisa e o encaminhamento de problemas emergenciais. Por vezes, interpodem-se condicionamentos que, de longe, encontram-se fora do alcance da capacidade de intervenção do pesquisador, bem como pode verificar-se um razoável intervalo de tempo e espaço entre a intuição do especialista e a adesão dos leigos. A universidade, nesse sentido, deverá buscar um diálogo com as organizações sociais, no intuito de fornecer apoio técnico que aponte para as soluções dos problemas que afetam o ambiente.

Os problemas que englobam a pobreza, a fome, a poluição, a vertiginosa diminuição de recursos naturais, entre outros, passam a ser compreendidos como elementos que compõem o meio ambiente em suas mais diversas relações. Com esse entendimento, podemos conceituar a educação ambiental a partir de uma visão abrangente, bem como identificamos a correlação entre os vários elementos

que envolvem essa temática e sua significação, para compreender a teia de relações que culminam no atual estágio de degradação ambiental. A afirmação de que a presente geração deve tratar os bens naturais de forma a suprirem as suas necessidades sem comprometer a satisfação das futuras gerações consta, de forma semelhante, em diversos documentos e textos de ambientalistas. Por mais importante que seja o fato dessa formulação e de seu alerta, de um lado, ela não compreende uma afirmação consensual entre os atores sociais que usufruem dos bens naturais como elementares para sua subsistência e, de outro, vige uma grande polêmica sobre o que seja o uso racional dos recursos e o que seja satisfação. Para uma vertente da sociologia, a exploração racional dos recursos naturais e a satisfação dos indivíduos são questões de interpretação e, portanto, tendem a ser definidas circunstancial e historicamente.

O conceito de meio ambiente trazido à tona através da educação ambiental distancia-se das abordagens que fazem referência a uma suposta e possível harmonia do ser humano com a natureza, como se fosse possível um mundo de relacionamentos múltiplos, concomitante com a inexistência de contradições presentes nas relações históricas, nos interesses e nas aspirações entre os diferentes grupos sociais. Na concepção que almeja uma relação de harmonia com a natureza, de um lado está presente a idéia de estagnação da ação humana e da natureza, uma vez que não haveria transformação do meio natural e do ambiente social como construído e, de outro lado, a base de tudo alicerça-se numa leitura do consenso como ordenador dos conflitos.

Existem dilemas, tensões, ambigüidades quando se trata de encontrar a relação existente entre as representações sociais e a educação ambiental. A compreensão de meio ambiente de cada indivíduo, enquanto membro de um grupo social, consolida uma representação social, portanto, o ponto de partida para o trabalho com educação ambiental deve ser a própria representação do educador e das pessoas envolvidas nesse processo.

Assim, se o meio ambiente está relacionado a um lugar determinado onde os elementos naturais e sociais se relacionam, então é preciso lançar um olhar sobre os problemas imediatos que envolvem a realidade do grupo social inserido nesse meio. Para identificá-los, a educação ambiental deverá buscar, nas próprias expressões do grupo, os passos a serem seguidos. Nesse processo, a educadora e o educador devem ter o cuidado de estabelecer uma prática a partir dessas representações e não apenas de suas próprias visões da realidade, para não incorrer nos mesmos erros de práticas educativas tradicionais que se distanciam de uma relação mais participativa. Muitos programas de educação ambiental possuem alcance mais limitado do que o projetado por órgãos governamentais com profissionais bem intencionais do ponto de vista técnico, porém que desdenham os condicionantes sociais, as representações e a dimensão participativa.

Cabe salientar que, nesse processo, tanto as ONGs quanto os grupos ambientalistas, projetam reflexões, estabelecem críticas, alertam para riscos ambientais e outras questões veladas. A própria universidade, em diálogo com as mais diversas organizações sociais, pode oferecer apoio técnico na busca de soluções para os problemas ambientais encontrados em determinado meio. Todavia, esse pleito leva a interrogar, de imediato, sobre o tipo de relacionamento

que a academia é capaz de estabelecer com a comunidade, bem como a possível conexão entre o saber dos especialistas e o saber leigo.

O pensar em educação ambiental apóia-se no diálogo entre educadora e educador e os grupos sociais, os quais, através de suas representações, podem auxiliar as mais diversas políticas públicas na solução de problemas sociais e ambientais. Talvez a ciência ambiental não deva propor, como compromisso único e primordial, a sua utilidade, pois nem todo o conhecimento possui utilidade imediata e nem todas as resoluções dos problemas dependem de resultados de pesquisas.

Podemos dizer, sim, que há um longo caminho a ser percorrido para que a aproximação aconteça. Contudo, a presente pesquisa tem se aproximado das pessoas no intuito de analisar a forma como elas se percebem e também como percebem o seu meio, ou seja, para desvelar a forma como compreendem as mais complexas relações que envolvem sua vida. Nessa aproximação, pretende-se buscar uma prática educacional mais participativa e representativa, a caminho de uma conscientização que desvele a origem dos atuais problemas ambientais, bem como desperte para a busca de soluções, numa construção de cidadania.

Meio Ambiente como Representação Social

Inicialmente, buscaremos compreender que vigem nas ciências sociais diferentes ênfases no que diz respeito à representação social e sua íntima conexão com o fluxo da sociedade, começando pelos marcos da teoria sociológica.

As representações, que Durkheim (1978) denomina coletivas, estão acima e são anteriores à emergência da subjetividade individual. Pois, para o autor, é a sociedade que molda os indivíduos. Assim, as representações são as formas como “o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que as afetam.(...) Para compreender a maneira como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia precisamos considerar a natureza da sociedade e não de particulares”. (DURKHEIM, apud DAUSTER, 2000). Nesse sentido, é o social que abarca e preenche o âmbito da compreensão individual.

Ao analisar o fenômeno da influência da sociedade sobre o modo de pensar e de agir do indivíduo, Durkheim se propõe a criar regras metodológicas que primam pela objetividade com tal intensidade que supõe a exclusão dos sujeitos. Na abordagem dos fatos sociais, parte para um estudo do que é exterior ao indivíduo, examinando as expressões sociais. Assim, para exemplificar, embora considere a predisposição genética, entende o suicídio como um fato social, no qual a sociedade age sobre o indivíduo independentemente de sua vontade. Nessa relação, a sociedade influi no comportamento do indivíduo e não ao contrário.

Para fundamentar sua teoria, Durkheim (1978) expõe que a sociedade moderna individualista integra-se por meio de pensamentos comuns (solidariedade orgânica) geradores da estabilidade entre os indivíduos e sua coletividade. A abordagem durkheimiana caminha para a sociedade consensual, ou seja, uma busca coletiva de equilíbrio que se processa também através das representações.

A segunda perspectiva, diferente do paradigma funcional estrutural, está representada pelo pensamento ou paradigma dos expoentes do idealismo filosófico e parcela da sociologia do conhecimento. Nessa concepção teórica, podemos afirmar que as representações sociais constituem-se como basilares para a emergência do comportamento político. Nesse sentido, podemos cunhá-la como voluntarista, idealista na lógica hegeliana, uma vez que a formação das concepções, o conjunto das idéias, precede a ação. Nesse sentido, a ação ou o pensamento do indivíduo, compartilhados por diferentes grupos, exercem influência no contexto social. Em outros termos, as representações sociais fundam a prática social.

Cabe esclarecer a diferença de ênfase, para além da denominação de representações coletivas por Durkheim (1978) e de representações sociais por Moscovici (1989). O título do texto deste último é sugestivo para destacar as diferenças entre os dois autores: das representações coletivas às representações sociais - elementos para uma história. A questão fundamental não se encontra na mudança de palavras, mas de perspectiva com a qual se observa o mesmo fenômeno. O primeiro observa que as representações são, primeiramente, exteriores e anteriores à consciência individual e, como tal, possuem capacidade de coação sobre os indivíduos, bem como, ao mesmo tempo, formulam-se como gerais na sociedade e independentes da vontade dos indivíduos. Para o segundo autor, as representações possuem a qualidade de sociais enquanto afetam os membros de um mesmo grupo social, porém esses indivíduos identificam-se com o grupo, porquanto, idéias similares demandam comportamentos similares.

Para Moscovici (1989), a representação social está intimamente ligada ao conceito que se tem sobre determinado tema, no qual se incluem, também, os preconceitos, as ideologias e as características específicas das atividades cotidianas. Esse conceito pode estar representado tanto por concepções científicas quanto por aquelas ligadas ao senso comum. Nesse sentido, a orientação da prática de educação ambiental depende da concepção de meio ambiente que se tenha.

A terceira perspectiva pode ser denominada dialética, pois compreende uma mútua influência ou relacionamento fecundante entre prática social e representação social (ABRIC, 1994ab). O mérito dessa abordagem será objeto de outro trabalho, com inclusão de abordagens mais recentes, notadamente de autores franceses.

A concepção de meio ambiente não encontra consenso no mundo científico, tampouco fora dele. Portanto, a definição do fenômeno possui uma conexão com a subjetividade e o estatuto de determinada ciência. Seja entre especialistas seja entre leigos, pode-se considerar a noção de meio ambiente, expressa ou subentendida, como resultado de uma determinada representação social. Nesse

sentido, a educação ambiental deve partir da identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo.

Como vimos, os conceitos vigentes no mundo científico, sobre meio ambiente, são difusos e variados, bem como suas concepções estão firmadas em abordagens alicerçadas nas diferentes perspectivas desenhadas pelas pesquisas científicas. A partir desse referencial, aparece outra distinção e um apartar-se da vertente alicerçada em Durkheim (1978). A maioria das abordagens recentes sobre representações sociais postula-se favorável à proposta de relativização dos padrões de objetividade da ciência moderna. Assim, emergiria uma nova aliança na qual a ciência contemporânea relativizaria o conhecimento desestabilizando o poder das verdades científicas, especialmente, porque a ciência moderna oferece-se como um dos sustentáculos para a degradação dos bens naturais. Rejeitam-se, tanto os postulados da ciência, quanto as supostas objetividade e neutralidade defendidas pelo positivismo, segundo as quais, a observação do mundo é feita exteriormente ao homem e não a partir dele. Nesse ponto, a reivindicação de mudanças apresenta razões de relevância ao salientar a importância dos sentidos e da subjetividade nas atividades científicas, bem como dos relacionamentos cotidianos com a natureza. Os ambientalistas insistem, com veemência, na tecla da relativização do paradigma racionalista da ciência, da exploração dos recursos naturais a ponto de seu esgotamento e da maximização do prazer do consumo como solução para as crises da produção.

Todas as utopias, na história, trabalharam intensamente com as representações sociais, enquanto permitem cogitar o futuro e alimentar a subjetividade. Ao mesmo tempo, para o sucesso da nossa reflexão podemos acrescentar que existe uma conexão entre utopia e risco ambiental: ambos referem-se à consciência de uma possibilidade de acontecer ou não.

A possibilidade, da qual a utopia fala, significa a ultrapassagem da situação dada, no presente rumo, a uma direção definida pelo discurso mobilizador. As utopias sociais da modernidade conhecem um sonho que está para além das contingências do presente. Se existe um risco no caminho a um estado social ou ecológico de qualidade de vida melhor, ele existe somente relacionado à velocidade da aproximação, ou seja, à fragilidade da vontade política de seus adeptos.

Questionamentos a partir da sociologia ambiental

Quando tratamos do nexos entre representações sociais e educação ambiental, precisamos buscar as bases para consolidar as respectivas críticas às nossas próprias representações sociais e ao fato de como o linguajar nem sempre é capaz de expressar o desejado. Assim, podemos nos dar conta dos limites de expressões e

de seu compromisso com certa visão da sociedade, sobre determinados assuntos como meio ambiente, bens naturais, desenvolvimento sustentável, conscientização e valores. Acrescentem-se, ainda, as relações entre educação e sociedade, o nexó entre representações sociais e práticas sociais e as relações homem/natureza, indivíduo/sociedade.

O reconhecimento das representações sociais, em face de um conjunto populacional ou de um grupo social, permite a descrição da pluralidade observada através da elaboração de um discurso. Entretanto, isso ainda não nos dá o entendimento do processo pelo qual emergem e se modificam essas representações sociais.

A educação ambiental é desafiada a compreender a pluralidade e a diversidade incorporando, além dos dados objetivos, também a emoção, a subjetividade, os valores, as informações, os desejos. A diversidade das práticas sociais provenientes de entidades, associações, movimentos, ONGs são fundamentais para o desenvolvimento da educação ambiental, até no sentido de impedir que ela seja absorvida pelo horizonte da institucionalidade.

A sociologia ambiental ensina que se destacamos atitudes, valores, conteúdos e conceitos de educação ambiental, permanecemos numa perspectiva idealista, culturalista ou comportamentalista. Nesse sentido, cabe aos intelectuais e aos docentes comprometidos, darem atenção a interesses, conflitos sociais e condições materiais de existência, especialmente porque as práticas sociais encontram-se alicerçadas nas condições muito concretas de sobrevivência numa sociedade de mercado.

Se no cotidiano as representações sociais tendem a desconhecer a complexidade do real, as tramas que forjam o jogo do poder, resta aos estudiosos, dar-se conta da complexidade que envolve o relacionamento entre representações sociais e práticas sociais.

Dentro do panorama do nexó entre representações sociais, meio ambiente, utopia e educação ambiental, podemos acrescentar ainda termos como utopia possível, utopia ecológica ou ambiental. É um conjunto de idéias que tendem a gerar atividades, visando mudanças no sistema que ora prevalece de tal forma a esverdear as relações sociais. Para o autor, essa utopia é alcançável com a autonomia da sociedade civil frente ao Estado e com a realização de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável. Veja-se que, a partir dessa afirmativa, duas questões podem ser destacadas. Primeiramente, essa é uma reflexão que não se move dentro do campo da institucionalidade ou, ao menos, se pretende apartada dele, por mais que as atividades ambientalistas crescentemente se institucionalizem. Segundo, a afirmativa permite interrogar sobre as mediações necessárias para implementar a utopia ambiental, ou seja, cabe apontar as referências aos atores sociais que se pretendem como protagonistas do processo.

Assim como não existe unanimidade ou homogeneidade no que diz respeito às representações sociais, também não se verifica consenso quanto aos protagonistas

do ideário ambientalista. Considerando-se que os setores da produção que sobrevivem do saque dos recursos naturais, bem como os setores abastados por essa mesma sociedade de consumo, talvez, somente venham a adotar preceitos ambientais, na medida em que seus interesses forem radicalmente afetados.

O lançamento dos fundamentos da educação ambiental faz apelo ao senso de cidadania, aos setores que de alguma forma encontram-se inquietos com a situação atual. De outro lado, desafia a imaginação e a prática política convencer os setores sociais à margem da sociedade de consumo, que lutam a todo custo a fim de incluir-se nela para usufruir benefícios, de que esta não é uma alternativa condizente com a sociedade sonhada para o futuro (CANCLINI, 1995). Todavia, as ambigüidades se fazem presentes uma vez que, dentre os setores abastados, pode erguer-se o senso dos abusos e dos riscos ambientais, assim como os setores lutando para a inclusão social podem não estar dispostos de, neste momento, desistirem de ampliar os benefícios da sociedade de consumo e da degradação.

A existência e a informação sobre o risco expressam uma corrente de conseqüências que impelem para uma ação preventiva, mas não conduzem, necessariamente, ao resultado previsto. Por isso, o discurso sobre riscos ambientais possui sempre o caráter de um alerta e o intuito de mobilizar a imaginação popular, através dos argumentos de credibilidade. Esses movimentos se contrapõem às vias que levariam, impreterivelmente, à catástrofe ou, pelo menos, a um dano irreparável. Por isso, há urgência da aglutinação da força mobilizadora para realizar alguma coisa preventiva enquanto ainda é tempo.

Talvez seja útil afirmar que existem, no campo social, utopias ou profecias que se auto-realizam, bem como existem também aquelas que correm o risco de se autodestruírem. O ambientalismo não teria sentido político se as suas terríveis profecias se concretizassem, de imediato, ou se partíssemos do pressuposto de que não existe nada por fazer, aceitando um determinismo. É o caso típico do risco da poluição, da diminuição do pescado, da contaminação. O ambientalismo ganha a sua força através do discurso sobre os riscos, menos pela chance da realização da catástrofe e, sim, pela oportunidade estratégica de mobilização no campo social que tente evitar o prognosticado. Acima do risco ambiental anunciado, diante do qual se abre a ocasião favorável da ação, emerge outro risco: o de que tanto a catástrofe quanto a ação que tenta evitá-la podem fracassar.

Ação e reflexão numa sociedade de contradições

Para compreender uma ação social como conectada à ecologia não basta examinar a intencionalidade e o sentido inerente a ela pela ótica do sujeito da atividade. A ação que parecia a mais racional para os sujeitos, em certas circunstâncias e pelo sentido atribuído, corre o risco de incorrer numa

irracionalização. A ação proposta com um sentido atribuído, com objetivos delineados, pode não se realizar dentro dos parâmetros das intenções dos agentes sociais. Nesse sentido, o texto a seguir pretende delinear a ambigüidade inerente à ação e, portanto, seu teor pode subsidiar a reflexão sobre os limites de uma ação no campo da educação ambiental, especialmente quando percebida como isolada de seus respectivos condicionamentos.

Como solução para os problemas ambientais a população aponta à conscientização dos cidadãos para o exercício da cidadania. Entretanto, a referência à conscientização, por sua vez, já se tornou um lugar comum, desde que, no mais das vezes, ficam omissas as mediações para que ela se torne viável. Uma outra expectativa e percepção parecem necessárias para o cuidado com o lixo, envolvendo ações como maior fiscalização por parte dos órgãos competentes, maior interferência do governo em questões ambientais, obrigatoriedade de instalação de estações de tratamento de materiais poluentes pelas fábricas, campanhas educativas, retirada do sistema de esgotos para outro local e, por fim, o tratamento da água.

Resultados da pesquisa realizada

Através da análise e discussão dos dados, é possível constatar que a população entrevistada possui noções básicas a respeito das questões ambientais, ainda que num plano bastante fragmentado. Em outros termos, as questões dos interesses que ensejam, levam e justificam a ação do ser humano sobre a natureza e sobre os outros seres humanos não aparecem de forma explícita como uma das possíveis causas do atual estágio de degradação ambiental.

Verifica-se, ainda, a falta de uma ação conjunta para a discussão e o enfrentamento dos problemas apresentados, possivelmente refletindo o individualismo propagado pela ideologia dominante. Nesse sentido, a presente pesquisa intenta aproximar-se das possíveis causas que levam a uma leitura mais ingênua do mundo e a imobilidade social na qual esse quadro se apresenta, a partir das representações sociais coletadas. Algumas conquistas da modernidade trazem à tona, a médio prazo, o seu antídoto. Num campo onde ações se cruzam, contradizem e aniquilam, onde o conhecimento não ultrapassa o nível do fragmentado, pouco adianta, para compreender o que realmente está acontecendo, examinar a ação somente a partir do sentido atribuído ou do significado visado pelos sujeitos sociais. A referência ao individualismo está carregada de ambigüidade, uma vez que a individualidade consiste numa conquista da modernidade, é o alicerce dos direitos de cidadania e a base da formação de uma identidade. Entretanto, ela não subsiste como garantia sem os apelos diretos à coletividade, fora da força proporcionada pela associação dos indivíduos em torno de causas a defender.

As constatações até aqui expostas nos remetem à problemática, inclusive educacional, de que se faz necessário ampliar os conhecimentos sobre o meio

ambiente em seus mais diversos aspectos. Uma leitura mais crítica do mundo começa com uma educação certamente diferente da que tem sido praticada em níveis formal e informal em nosso país. Manter a população em um nível de educação que seja distante de um nível maior de abstração, é de interesse dos que mantêm o poder como forma de exclusão. Por outro lado, cabe interrogar o quanto importa a capacidade de abstração para as atividades da pesca e da preservação do ambiente. Nesse sentido, o sistema educacional formal se distancia da criatividade e abertura necessárias para engendrar cidadania, uma vez que a rigidez curricular tende a reprimir as potencialidades dos educandos e educandas, bem como criando barreiras no desenvolvimento da autonomia e da subjetividade.

Uma educação mais democrática, sonhada após a ditadura militar, perdeu terreno para os planos de qualidade total na educação, para a rigidez curricular e para o baixo nível de criatividade ou de compromisso profissional por parte significativa do corpo docente. A educação formal está novamente voltada para os interesses alienígenas, a submissão às relações de poder e a um mercado de consumo perverso. Ou seja, um profissional melhor capacitado para exercer funções sem questionar os princípios do sistema social serve melhor ao sistema e às atuais relações de trabalho. Por essa e outras razões, é tão dramática a inserção da educação ambiental no ensino formal.

Essa lógica capitalista serve também para o que diz respeito aos recursos naturais, uma vez que prima pela maximização da produtividade, da circulação de mercadorias e do lucro. Se, por um lado, há preocupação com seu rápido esgotamento, também há uma relação mercantilista que vê, na exigüidade ou escassez desses recursos, um caminho novo para aquisição ou multiplicação de capital. Ou seja, quanto mais escasso um recurso natural de largo uso na sociedade de consumo, mais se valoriza em termos financeiros e mais facilmente pode ser concentrado nas mãos de poucos. Nesse cenário, como tem demonstrado a história dos dois últimos séculos, o ser humano e os recursos naturais são “bens” de exploração dos que possuem os meios de produção ou a capacidade de controlar o setor financeiro. Essa reflexão faz sentido na medida em que as atividades do pólo industrial e do porto geram resíduos que interferem diretamente na pesca artesanal.

Temos, portanto, uma sociedade de consumo na qual, de um lado existe a vertiginosa substituição dos bens ditos renováveis e, de outro, os interesses econômicos de alguns que suplantam o que seria o bem estar para todos os cidadãos. Temos uma imensa maioria excluída do direito a uma vida digna e uma educação que, através de inúmeras teias ideológicas que a interpenetram, não consegue dar-se conta de que é manipulada e que se presta, em última instância, a servir aos interesses dos poderosos. A educação ambiental também não está livre de ser “contaminada” pela ideologia neoliberal, ainda que tenha surgido como um paradigma contrário ao modelo social capitalista. Para diminuir o risco do (in)sucesso o educador e a educadora devem estar cientes de quais interesses representam e, ao mesmo tempo, buscar, na comunidade, voz para o seu trabalho. Imagine-se que não seja um escândalo, todavia parcela da literatura

ambientalista recente, em última conseqüência, concorda com os parâmetros das leis do mercado, especialmente porque imagina que o próprio desenvolvimento tecnológico dará conta da resolução dos problemas que tem gerado.

Para finalizar: o caminho das pedras

Como base metodológica ao longo do caminho que leva às pedras, buscamos referenciais teóricos que ampliaram o conhecimento sobre o tema e que apontaram caminhos para uma prática social que dialogue com a representatividade dos grupos sociais. Não por último, convém alertar que até o presente momento existem poucas publicações no que diz respeito ao nexo entre visão de mundo e educação ambiental. Entre os trabalhos mais difundidos encontra-se o texto de Reigota (1995), o qual, do nosso ponto de vista, ainda é uma discussão que carece de aprofundamento dos pressupostos teóricos. É o caso da caracterização da forma de constituição das representações sociais, cujo fenômeno ancora-se, com certeza, no relacionamento entre concepção e realidade.

Ao tentar recolher, compreender e analisar as mais diversas representações sociais, o educador e a educadora ambiental passam a compor um diálogo entre a sua própria visão de ambiente e pontos de vista diferentes. A partir dessas diferentes visões, é possível problematizar as questões ambientais a fim de fruir para um conjunto complementar de idéias que vêm contribuir para a sua atividade em meio ao conflito das interpretações. Ao mesmo tempo em que na prática social acolher abordagens cujos elementos são mais representativos das diferenças culturais e sociais, na medida em que oferecer um diálogo entre visões de mundo, a sua perspectiva educativa tenderá a apresentar-se como mais democrática.

Essa prática ambientalista de aproximação ao mesmo tempo que promove um diálogo entre universidade e comunidade, entre educador e comunidade, entre cientistas e leigos, também permite que esse diálogo seja educativo, num processo crítico de pensar e repensar o presente momento histórico. O procedimento possibilita um pensar mais complexo e menos ingênuo de todos os aspectos que envolvem o meio ambiente. A esse novo pensar alia-se a ação, num processo dialético de mudanças, no qual, não apenas a estrutura social é responsável pelo comportamento do indivíduo, mas as ações individual e coletiva também alteram as estruturas sociais, num processo constante de fluxo e refluxo, de construção e reconstrução. De maneira semelhante, pode ser compreendido o que sucede com o relacionamento entre representações sociais e prática social.

Nesse processo, a ação toma o lugar da imobilidade social que impede a reconstrução das relações sociais. A prática pedagógica, por ser representativa

da pluralidade do pensar e do agir, permite ao educador averiguar, como já foi dito antes, os problemas ambientais de múltiplas formas, ao mesmo tempo em que mantém, com a comunidade, uma reciprocidade no sentido de andar junto rumo ao estabelecimento de uma nova ordem de valores na solução dos problemas locais ou regionais. Um problema visto de vários ângulos possibilita uma gama variada de soluções, distanciando-se do processo de massificação sofrido através da propagação de uma ideologia de dominação, ou do atrelamento à busca frenética da homogeneidade e heterogeneidade conforme os ditames da sociedade de consumo.

É característica da sociedade de consumo transformar cidadãos em meros consumidores, os quais, de forma contraditória, de um lado tendem a adquirir o que os demais conseguem obter, produzindo, dessa forma, uma homogeneidade da moda; entretanto, de outro lado, para se diferenciar entre os consumidores em massa, é preciso ansiar e procurar o diferente que destaca a identidade no seio da tendência à massificação.

Num aspecto puramente de análise contextual, verificamos que os grandes empresários têm desenvolvido técnicas eficientes de ampliar a aceitação e a competitividade de seus produtos, através da exploração das potencialidades de seus executivos. Condições naturais humanas, conhecidas como inteligências múltiplas, são usadas a serviço dos avanços tecnológicos para encontrar as mais diversas soluções em seus campos de atuação. Num mundo em que o conhecimento, aliado ao seu mais diversificado uso, alça a valorização ao extremo, pelo sistema capitalista, para maior obtenção de lucros, parece inevitável que uma força divergente, senão contrária, também busque as mais diversas situações para localizar as brechas e construir condições paritárias para a difusão de seu ideário.

Ora, a educação ambiental também pode caminhar, de forma criativa e lúdica, para conseguir melhores resultados, no sentido de estar no ambiente e de criar novas relações entre os seres humanos e a natureza. Um piscar de esperança significa imaginar o mundo que se quer implantar e, ao mesmo tempo, é fundamental para alimentar a utopia da educação ambiental. Ainda cabe buscar os caminhos da educação ambiental, experimentando as mais diversas possibilidades, reflexões e atividades. Criar as estratégias, tendo em vista que os obstáculos são as barreiras criadas pelos que obstruem a construção de um mundo melhor para todos e todas, ainda que sejam eles os que ditam as regras do sistema.

Nessa perspectiva, os resultados da presente pesquisa permitem destacar a urgência de uma prática pedagógica que considere as representações das moradoras e dos moradores para atividades de educação ambiental. Ao considerar as representações sociais ter-se-á uma maior expressividade e participação das cidadãs e dos cidadãos envolvidos no processo, bem como, uma significativa troca entre as representações entre educador e educadora ambiental com seus educandos e educandas. Assim, este novo pensar em relação ao meio ambiente, integra e cria as possibilidades de que as mulheres e os homens envolvidos compreendam, com maior clareza, todos os aspectos ambientais dos quais fazem parte e, a partir disso, busquem uma nova forma de relação entre si e com a natureza. Ora, isso parece tornar-se possível com a emergência de uma sociedade

reflexiva, ou um posicionamento com uma subjetividade reflexiva no que diz respeito aos seus relacionamentos e às incidências sobre os usos dos bens naturais.

A educação ambiental possui um contraponto ao antropocentrismo que sustenta o pensamento da modernidade. Em contraposição à concepção que considera o homem como o centro ou a medida do universo, sendo-lhe por isso destinadas todas as coisas, emerge um relacionamento que considera a natureza como parceira. A própria reflexão sobre a socialização como basilar do processo educativo tem, como fundamental, a concepção dos seres humanos como centro do universo e tudo é avaliado em termos de experiências ou valores humanos. Do ponto de vista filosófico, o antropocentrismo pode ser visto como uma doutrina finalística, segundo a qual, todas as coisas possuem seu significado ancorado na função de propiciar a vida humana.

Destacar a importância da educação ambiental, num momento em que as relações entre os homens no mundo e com o mundo precisam ser transformadas, consolidou-se como o tema do presente trabalho. Essas novas relações, porque baseadas em nova ética, devem distanciar-se do atual sistema capitalista na criação de um novo momento. Por esse caminho, passam a redescoberta da solidariedade entre os homens e destes com a natureza. Esse caminho também transporta uma nova consciência, vinda das relações entre os que compartilham um novo pensar dissonante com a tradição de domínio da natureza e do antropocentrismo. Essa consciência não pode, contudo, ficar restrita ao ambiente universitário ou apenas compor o debate intelectual, mas deve adquirir o estatuto de prática que permeia a rede social, a qual será mais abrangente se considerar as mais diversas representações sociais, pois pode ser delas o ponto de partida para o trabalho em educação ambiental.

Por fim, a presente pesquisa permite apontar para a urgência de uma prática pedagógica que some os conhecimentos vivenciais dos entrevistados com os conhecimentos mais sistematizados das educadoras e dos educadores ambientais. Esse processo pode dar o início a um conhecimento diferenciado que reúna as mais diversas complexidades de leitura do mundo, agora num plano menos fragmentado, num processo dialético de criação e recriação do conhecimento. Por todas as afirmações acima explicitadas, podemos afirmar que a educação ambiental encontra-se no caminho das pedras: “no meio do caminho havia uma pedra; havia uma pedra no meio do caminho”.

Referências

- ABRIC, J. C. Représentations sociales: aspects théoriques. In: ABRIC, J. C. (org). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994, p. 11-36a.
- _____. Pratiques sociales & représentations. In: ABRIC, J. C. (org). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994, p. 217-238b.
- BRUSEKE, F. J. Risco social, risco ambiental, risco individual. In: **Ambiente & sociedade**. Ano 1, n. 1, 1997.

- _____. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- DAUSTER, T. Representações Sociais e Educação. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Linguagens, espaços e tempos de ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 5 ed. São Paulo: Gaia, 1998.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.
- LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. Contribuição para uma teoria das práticas do ambientalismo. **Revista de Ciências Sociais**. CFH/UFSC, v. 14, n^o 19, mar/96.
- MOSCOVICI, S. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: JODELET, D. (Org.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RUSCHEINSKY, A. (Org.) **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: REIGOTA, M.; NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.) **Educação Ambiental e cidadania - olhares, tendências e construções**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

Recebido em outubro de 2002.

Aceito em dezembro de 2002.

